



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

C E P 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI No. 13/97.

Autoriza o Poder Executivo a contratar profissionais na área de saúde e fixa sua remuneração.

A Câmara Municipal de Campos Altos, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Artigo 10.º: Fica o Poder Executivo autorizado a contratar profissionais da área de saúde, para atenderem à plantões no pronto Atendimento, anexo à Santa Casa de Misericórdia de Campos Altos a saber:

CARGOS	HORÁRIO	REMUNERAÇÃO
a) Médicos	Plantão de 24 horas	R\$224,00/por plantão
b) Atendentes de enfermagem	Plantão de 12 horas	R\$31,00/por plantão 20,00

Artigo 20.º: A contratação destes servidores dar-se-á nos termos do art.37, IX da CF, e Lei 10/97.

Artigo 30.º: Para fazer face as despesas decorrentes desta Lei, Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional no Orçamento vigente, utilizando-se de excesso de arrecadação ou anular total ou parcialmente dotações orçamentárias.

Artigo 40.º: Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

-Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG., 05 de maio de 1997.

Stommi Roberto da Silva
João Leonardo S.
Carlos Rogério Xavier
Benedito Indrade
Flammarinho
Alfegia
130~
Luiz Carlos de Paula Matheus

[Assinatura]
GERALDO BARBOSA LEO JUNIOR
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Campos Altos

[Assinatura]
Jesus Cardoso
Presidente

Aprovado em 30 / 04 / 97
Projeto Lei N.º 13/97



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

C E P 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

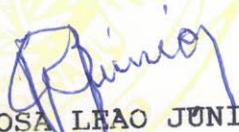
JUSTIFICATIVA

O Município de Campos Altos, ao criar o Pronto Atendimento anexo à Santa Casa de Misericórdia, necessita de profissionais na área de saúde para prestarem os serviços por plantões e escalas.

O Pronto Atendimento foi criado para atender a um anseio da população de Campos Altos, e para o seu efetivo funcionamento, necessário se faz que faça o preenchimento dos cargos por profissionais, que em plantão estarão a disposição da comunidade.

A remuneração prevista no projeto de lei equivale a valores suportáveis pelo erário público e que atende às categorias profissionais a serem contratadas.

Quanto ao contrato com cada profissional, esclarece-se, que darão nos termos da Lei Civil, e temporariamente.


GERALDO BARBOSA LEÃO JUNIOR
Prefeito Municipal

Aprovado em 30.04.97
Projeto Lei N.º 13/97